

Governo do Estado afirma que não tem interesse em ficar com Centrinho e que essa situação é responsabilidade da reitoria da USP!



O Secretário do Desenvolvimento do Estado de São Paulo, Dr. Rubens Cury, recebeu o sindicato na audiência do dia 13/04/22, para tratar do tema da desvinculação do HRAC e da crescente campanha pela permanência do hospital na USP.

O sindicato começou expondo a importância e o significado do Centrinho, tanto nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, quanto na vida das famílias dos mais de 120 mil pacientes já reabilitados ou em tratamento, bem como para futuros pacientes. E, a partir daí, o SINTUSP expôs o enorme receio de que tudo isso possa se perder no caso do Centrinho vir a ser entregue à gestão de OSs.

O secretário respondeu, curto e grosso: “o governo já disse e volta a repetir que não tem interesse e nem quer ficar com o Centrinho”, tudo que o governo quer da USP é o Prédio novo para a instalação do Hospital das Clínicas de Bauru. O problema é que os dirigentes da USP

só entregam o prédio se o estado receber o Centrinho junto no mesmo pacote”. Também disse: “Não falem mal do governo, falem mal do reitor. Convençam o reitor e o Centrinho permanecerá na USP”.

Para um relato mais completo da reunião com o secretário do governo [clique aqui https://bit.ly/37irloo](https://bit.ly/37irloo)

Intensificar a campanha em Defesa do Centrinho!

Como vimos, o governo já se sente pressionado pela defesa a nível nacional e internacional do HRAC.

É necessário continuarmos pressionando o governo, o reitor e os conselheiros do Conselho Universitário. Envie a [Carta aberta ao reitor da USP ao Conselho Universitário https://bit.ly/3rsaWdk](https://bit.ly/3rsaWdk) para os e-mails: gr@usp.br e crg@usp.br

Carlotti demitiu diretor de base do Sintusp com só 42 dias de gestão!

No dia 9/3/2020, exatamente 42 dias após sua posse, o novo Reitor assinou a primeira demissão de sua gestão e foi justamente de um trabalhador membro do Conselho Diretor de Base (CDB) do SINTUSP.

Certamente Carlotti não teve tempo (ou não se deu ao trabalho) de examinar as mais de 500 páginas do processo iniciado em maio de 2017 contra Leandro Ferreira, técnico de manutenção da Escola de Enfermagem da USP de Ribeirão Preto (EERP). O certo é que não ouviu o trabalhador contrariando seu discurso de

campanha: de que seria aberto ao diálogo. Se tivesse ouvido Leandro, teria ao menos uma noção dos absurdos empilhados no processo e da história de perseguição sistemática que inclusive o levou ao adoecimento.

Leandro conta que entrou na USP em 2011 como técnico e desde o início foi discriminado por funcionários do mesmo setor de manutenção. Humilhações e até acusações de roubo eram constantes. As chefias não só faziam “vista grossa” como incorporaram as agressões às suas rotinas. Na famosa greve dos “100 dias”, em 2014,

Leandro engrossou o movimento e se tornou liderança em sua unidade. Aí as perseguições se multiplicaram ao ponto de adoecê-lo.

Em maio de 2017, a USP abriu processo administrativo contra Leandro, alegando o excesso de faltas como motivo para punição. Apesar das repetidas licenças médicas para tratamento de saúde, a EERP nunca se preocupou em amparar o trabalhador, ao contrário, intensificou as perseguições e humilhações.

Foram várias tentativas de Leandro se livrar dessa absurda situação. Fez vários pedidos de transferência e até um pedido de afastamento sem vencimentos para tratar de sua saúde. Tudo negado sem mais explicações.

A fato do adoecimento de Leandro estar ligado ao local de trabalho era tão evidente que em setembro de 2018, o INSS, reconhecendo seu estado incapacidade laboral, o aposentou. O que fez a EERP? Procurou saber o que tinha acontecido? Tentou ajudar o trabalhador? Não, apenas arquivou temporariamente o processo contra ele.

Em janeiro de 2021, Leandro sentiu-se recuperado e pronto para retomar sua trajetória como trabalhador na

USP. Procurou o INSS que atestou sua capacidade, recomendando, no entanto, que fosse alocado em outra unidade. E o que fez a USP? Colocou Leandro na mesma unidade, encostado em uma sala e ainda reabriu o processo administrativo para sua demissão.

Há inúmeros absurdos jurídicos no processo e os advogados do SINTUSP já protocolaram pedido de reconsideração ao reitor. Além disso, um dos diretores do Sindicato encaminhou uma mensagem pessoal a Carlotti pedindo que, pelo menos, ele tenha um tempinho para analisar a questão antes que ela vá parar na justiça. Nessa mensagem ao reitor foi reforçado o caráter negativo da imagem dos trabalhadores da USP, que foi nefastamente construída na gestão Zago e que Vaham não se preocupou minimamente em desfazer.

Para quem prometeu valorizar os trabalhadores da USP, começar a gestão com uma ação desastrosa como essa é no mínimo contraditório. Para Leandro e muitos de nós, a sensação de que, em relação às repressões na USP, dias melhores viriam, durou apenas 42 dias.

Entidades cobraram reitor para que investigue Visintin e dirigentes do campus de Ribeirão por entrega de base à PM! Até agora não houve resposta!

No início de março, através de ofício assinado por Adusp, Sintusp, DCE e APG de Ribeirão, o reitor foi informado sobre as irregularidades do processo de cessão de espaço e construção de uma base da PM em Ribeirão Preto, que teria ocorrido à revelia das deliberações do Conselho Gestor do Campus.

De acordo com o levantamento feito pelas entidades, através da leitura de documentos, a obra custou aos cofres da USP cerca de 1 milhão de reais. De acordo com a denúncia, a construção da base seria para uso da guarda, e não da PM. No entanto, a prefeitura do Campus no período de 2018, junto com o sr. Visintin, foram diretamente responsáveis por pactuar com a PM, por fora de qualquer deliberação em nenhuma instância da Universidade. Para ver matéria completa sobre o tema, acessar o link: <https://bit.ly/3xybq5t>.

Até o momento o reitor não se pronunciou sobre o tema, e a entrega da base à PM segue a todo vapor!

Militarização do campus caminha junto com desmonte e aumento dos casos de assédio moral na Guarda Universitária!

O processo de militarização do Campus caminha junto com uma política sistemática de desmonte da Guarda Universitária, que tem cada vez menos funcionários.

Ao mesmo tempo, recebemos nos últimos meses várias denúncias de maus tratos e de assédio, a tal ponto que a situação foi acompanhada pelo CEREST, que produziu um relatório contundente apontado para problemas sérios no setor. Já realizamos uma primeira reunião com a ouvidoria da USP, na qual levamos esse relatório bem como alguns trabalhadores que relataram situações específicas.

Para nós está claro que não dá mais para aceitar a permanência do Superintendente de Prevenção e Proteção Universitária, o sr. José Carlos Visintin. Chama a atenção que justamente uma gestão reitoral que se elegeu com um discurso de que seria democrática manteve um único superintendente das gestões anteriores, e foi justamente um dos mais autoritários e claramente responsável pela militarização da Universidade.

Carlotti precisa trocar já essa superintendência!

Fora Visintin!

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP, CEP:05508-070 - Tel: 3091 4380/4381 - 3814-5789- email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br